

**CATOLICISMO LAICO E CATOLICISMO ROMANIZADO NO
CEARÁ: TENSÕES, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS, NA
TRANSIÇÃO DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX
(ESSE ESTRANHO FELISMINO)**

Márcio de Souza Porto
Mestrando em História Social – UFC
e-mail: marciosporto@pop.com.br

Resumo

Este ensaio tem por objetivo contribuir para o debate historiográfico sobre as especificidades do processo de romanização da Igreja Católica no Ceará, no final do século XIX e inícios do século XX. Tendo como pano de fundo conflitos e tensões ocorridas entre um dirigente da Conferência do Divino Espírito Santo, da cidade de Aracati, e a Igreja local, pretende explicitar como o projeto de clericalização e sacramentalização das práticas religiosas, dos locais de culto e dos rituais católicos, foi um processo vivenciado de forma diversa nas diferentes regiões brasileiras e, portanto, submetido a resignificações, reelaborações, negociações e tensões, quando posto em prática no cotidiano da população católica brasileira.

Palavras-chave

Igreja Católica, clericalização, romanização.

Este ensaio pretende abordar aspectos de como o catolicismo foi vivenciado no Ceará, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século passado. A preocupação que dirige este ensaio é perceber como o catolicismo dos estertores do

século XIX, definido pela historiografia como romanizado¹ ou ultramontano,² foi apropriado e utilizado numa pequena comunidade do interior do Ceará, na cidade de Aracati, de 1894 até as três primeiras décadas do século XX.

Lana Lage,³ situa o movimento de romanização no plano internacional, a partir de 1815, quando a alta hierarquia da Igreja Católica, em Roma, optou por uma atitude antiliberal e de combate aos Estados que adotavam posições políticas anticlericais.

No Brasil, a maioria dos historiadores que se dedicam ao tema das relações entre poder religioso e eclesiástico e poder político, no período imperial, estão de acordo na interpretação de que o Império, através do estatuto do Padroado, considerava o aparelho eclesiástico um pilar indispensável para a manutenção da ordem estabelecida.⁴

Martha Abreu, em estudo dedicado à história das festas do Divino Espírito Santo no Rio de Janeiro, no decorrer do século XIX, sob o viés das políticas das autoridades eclesiásticas católicas, sobre as festas populares, entende esta questão relacionada à situação de permanente ambiguidade mantida pelo Estado na administração do sistema de união com a Igreja- o Padroado. Para a autora:

Se, por um lado este sistema [o padroado] lhes conferiu uma legislação religiosa católica, por outro entrou em confronto com a afirmação progressiva de uma tendência civilizadora e cientificista, defendida por segmentos da elite política e intelectual, pois os representantes do catolicismo romano, principalmente a partir da

¹ Sobre a temática da romanização ver: MARCHI, Euclides. *O Mito do Brasil Católico: Dom Sebastião Leme e os contrapontos de um discurso*. In: "História: Questões e Debates". Ano 15. n 28. janeiro a julho de 1998. Curitiba (PR) ; Editora da UFPR. pp. 55-75.

² Este termo designa a doutrina ou a tendência favorável à submissão a tudo o que vem da Santa Sé, à jurisdição universal do papa, à independência total da Igreja relativamente ao Estado. Os católicos ultramontanos desejam, por conseguinte, um poder pontifício forte, livre até de qualquer direito episcopal ou prerrogativa conciliar.

³ LIMA, Lana Lage da Gama. *A reforma ultramontana do clero no Império e na República Velha*. In: "História e Cidadania". MARTINS, Ismênia de Lima; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli e SÁ, Rodrigo Patto de. (Orgs.). São Paulo: Humanitas Publicações/ FFLCH-USP, ANPUH, 1998. pp. 439 – 447.

⁴ GOMES, Francisco José Silva. *De súdito a cidadão: os católicos no Império e na República*. In: "História e Cidadania". MARTINS, Ismênia de Lima; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli e SÁ, Rodrigo Patto de. (Orgs.). São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP, ANPUH, 1998. pp. 315-326.

segunda metade do século XIX, passaram a assumir posições nitidamente antiliberais e antimodernas.⁵

Portanto, por um lado, o Estado era confessional, professava oficialmente uma religião. Por outro, queria afirmar sua autonomia perante a jurisdição papal. Através da manutenção do regalismo, pretendia subordinar a Igreja aos interesses de um Estado soberano e nacional. Mais notadamente a partir da segunda metade do século XIX, o episcopado brasileiro passou a adotar uma posição clara no sentido de desvincular a Igreja da intervenção do Estado, e colocá-la sob as ordens diretas do epicentro da ortodoxia da fé católica: Roma. O movimento de romanização, no entanto, não se restringiu aos últimos anos do século XIX e marcou profundamente as diretrizes do catolicismo brasileiro durante as primeiras décadas do século XX.⁶

Os principais discursos e práticas dos bispos reformadores voltavam-se para dois objetivos principais: o disciplinamento do clero e dos fiéis. O primeiro refletia a preocupação da hierarquia da Igreja com a formação de um clero cumpridor do celibato, afastado das questões seculares e políticas e teologicamente treinado. O resultado dessa formação eminentemente doutrinária foi um afastamento do clero da cultura nacional, e sua operacionalização se deu através da criação dos seminários maiores e menores, destinados a acompanhar desde a meninice os futuros candidatos ao sacerdócio. Esses centros de formação na sua maioria eram dirigidos por religiosos de origem européia. O clero que saiu da clausura dos seminários tinha uma conduta rígida e puritana, embora especializado na doutrina religiosa, era insensível às questões socioculturais do povo brasileiro.

Quanto ao segundo objetivo, ou seja, o de disciplinar o povo cristão, a estratégia esboçada tinha como meio principal a desqualificação do catolicismo laico, luso-

⁵ ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 311.

⁶ MANOEL, Ivan A. *Dom Antonio de Almeida Lustosa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na ordem republicana*. In: "Pós-História: Revista de Pós-Graduação em História (Universidade Estadual Paulista)". Assis: São Paulo, 1996. V.5. pp. 67-80.

brasileiro, exteriorizado nas festas, nas devoções e muito pouco sacramental. A Igreja entendeu como vital esvaziar aquele catolicismo de “muita reza e pouca missa, de muito santo e pouco padre”, como expressava um dito popular muito comum nas últimas décadas do século XIX.

Procuraremos demonstrar como se processaram as tensões entre catolicismo romanizado e catolicismo laico, no Ceará no final do século XIX e princípios do século XX, através da análise de um documento desconhecido dos estudiosos das nuances do catolicismo no Estado do Ceará. Trata-se da cópia integral do manuscrito do Sr. Antonio Felismino Filho, relatando sua participação em reformas da Igreja do Rosário, da criação do Pão de Santo Antonio, da instituição do Culto Mariano e Eucarístico e das Conferências Vicentinas, na cidade de Aracati.⁷

Antonio Felismino Filho era natural da então Freguesia de São Bernardo das Russas, quando se transferiu para a cidade de Aracati no ano de 1894, para prestar os serviços de guarda-livros no escritório de uma empresa sediada naquela cidade do litoral cearense. Após oito meses de residência em Aracati, assumiu as funções de presidente da Conferência do Divino Espírito Santo, justificando que para tanto, contribuíram, a insistência de um dos sócios da dita firma na qual era empregado, e o fato de ter sido membro ativo da Sociedade de São Vicente de Paulo por 14 anos, na cidade de Belém do Pará.

Logo no início de seu relato, Felismino procura justificar porque presidiu por 25 anos a Conferência do Divino Espírito Santo e como empreendeu determinadas ações no campo religioso, mesmo sem ter sido autorizado, nem pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nem pelo então vigário de Aracati:

Devo consignar que além do emprego de guarda-livros, de outra cousa mais não me ocupei, durante os primeiros cinco anos, senão da direção da dita Conferência vendo, porém, eu, com tristeza, o acanhado e quasi nulo movimento religioso desta Capela

⁷ FILHO, Antonio Felismino. *Manuscrito relatando participação em reformas da Igreja do Rosário, Pão de Santo Antonio, instituição do culto Mariano e Eucarístico e Conferências Vicentinas*. Aracati-Ce, setembro de 1932. Datilografado. 28 p.

(em cujas propriedades sempre morei) visto que eram raras as funções do culto, apesar de ser o templo mais central da cidade, entendi que não devia continuar mais de braços cruzados, e se bem que meus serviços não fossem solicitados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, nem pelo Revdo. Vigário da Freguesia, ou por quem quer que fosse, resolvi prestá-los espontaneamente, de modo a tornar o Rosário um templo digno do culto do divino, *ad majorem Dei Gloriam*. (grifo meu).⁸

Antonio Felismino afirma que não poderia agir de outra maneira, uma vez que, excetuando-se os motivos expostos, também pretendia promover uma grande festa no mês de maio do ano de 1900, último ano do século XIX, dentro da pompa e brilho que demandavam as comemorações do mês mariano. Nos deparamos aqui, com um católico típico do final do século XIX, cuja religiosidade foi forjada no seio das organizações de leigos, marcada por um devocionário popular que incluía os rituais das festas, com manifestações marcadas por uma mistura do sagrado e do profano, das quais faziam parte muita bebida e comida, muita procissão, cantorias, ladainhas e enfeites. Manifestações que a hierarquia da Igreja católica definia como uma verdadeira carnavalização da religiosidade.

As associações leigas instituídas durante século XIX eram diferentes daquelas que posteriormente serão assumidas pelo clero oficial, embora tenham permanecido com as mesmas denominações. O laicato lhes impunha uma dimensão religiosa peculiar, o aspecto festivo, as rezas, as folias, o culto aos santos e as festas juninas se sobressaíam nas práticas religiosas desse catolicismo próprio do povo, o qual era rejeitado pelo clero.⁹

Antonio Felismino inicia suas ações com uma limpeza geral da Capela de Nossa senhora do Rosário, que deu origem à igreja matriz de Aracati, ao mesmo tempo em que tomava conhecimento da existência, através de um panfleto que recebeu do Rio de Janeiro, da instituição do Pão de Santo Antonio dos Pobres. Com o intuito de criá-la na cidade de Aracati, escreveu ao fundador do Pão de Santo Antonio em Porto Alegre (RS), o cônego José Marcelino de Sousa Bittencourt, que

⁸ Idem, Op. Cit. p. 7.

⁹ MARCHI, Euclides. Op. Cit. p. 58.

pouco tempo depois respondeu a Antonio Felismino, dando-lhe as informações solicitadas.

Antonio Felismino, após organizar uma diretoria, fundou a instituição do Pão de Santo Antonio dos Pobres de Aracati, no dia 13 de junho de 1899, dia da festa de Santo Antonio de Lisboa. Como ele próprio afirma na sua *Memória*: “foi fundada tão benemérita obra de caridade, e ao mesmo tempo começou a funcionar uma aula de catecismo para os meninos das famílias socorridas, apesar da indiferença de uns e da descrença de outros”.¹⁰ Nesta citação identificamos o limiar dos embates de Antonio Felismino com o pároco local e outros representantes do catolicismo tridentino¹¹ e romanizante.

Segundo Francisco José Silva Gomes,¹² a ênfase maior do movimento romanizador da Igreja estava na consolidação da sua estrutura hierárquica e na desqualificação do poder dos leigos, concentrado em torno das Irmandades, das Conferências e das Associações Pias. Um dos meios para a efetivação destes objetivos era a gradual substituição do antigo corpo clerical, liberal e regalista, por um novo clero, formado de conformidade com o modelo tridentino, que se pautasse pela sacralização dos locais de culto e privilegiasse a prática sacramental. Apenas como resposta a esta conjuntura é que podemos compreender as práticas de Felismino e sua insistência em ressaltar que, embora não representasse a Igreja como membro oficial de sua hierarquia, suas ações eram legítimas, como católico e presidente da Conferência do Divino Espírito Santo.

¹⁰ FILHO, Antonio Felismino. *Manuscrito relatando a participação em reformas da Igreja do Rosário, criação do Pão de Santo Antonio, instituição do culto mariano e Eucarístico, Conferências Vicentinas*. Aracati, setembro de 1932. Datilografado. 28 p.

¹¹ Em 1545, o papa Paulo III convocou o **Concílio de Trento** (1545–1563), cidade que ficava no Império Germânico, próxima à fronteira da Itália. Deste concílio ecumênico, isto é, universal, saiu uma Igreja reformada. Reforçou-se a autoridade papal e manteve-se a doutrina tradicional da Igreja Católica Apostólica Romana. Restabeleceu-se a disciplina na Igreja e tornou-se obrigatória a criação de seminários em cada diocese.

¹² GOMES, Francisco José Silva. Op. Cit. p. 317.

Além das obras aqui já relatadas, Antonio Felismino recuperou o antigo oratório do Nicho dos Navegantes, construiu uma capela dedicada a São Pedro, no cemitério da cidade e iniciou os trabalhos de construção de uma capela na praia de Canoa Quebrada, e acrescenta:

Fiz todos esses serviços e melhoramentos desinteressadamente, sem a menor remuneração, como do mesmo modo outros serviços estranhos à esfera religiosa, por mim prestados a *res publica*, ou para melhor dizer, ao bem da coletividade, sem perceber um só real.¹³

Felismino, além de construir seu relato com um forte sentimento de pertencimento religioso¹⁴, pois, apresenta-se, antes de qualquer coisa, como católico, procura dar uma dimensão coletiva aos seus atos, com uma preocupação recorrente de como será julgado pelas gerações que lhe sucederem, o que explica a dimensão de “prestação de contas” e de exemplo de moralidade, presentes na sua *Memória*:

Resolvi apresentar o presente Histórico, na parte referente a esta Capela, por meio do qual a população católica desta Freguesia, principalmente a geração que desponta, poderá formar um juízo seguro dos melhoramentos efetuados neste templo sob minhas vistas, aquilatando, então, com segurança o esforço e dedicação despendidos de minha parte”.¹⁵

Todavia, se por um lado as relações entre a Igreja e as Irmandades, no final do século XIX, foram caracterizadas por fortes tensões políticas, quando a primeira optou pela intensificação da romanização do catolicismo e pela conseqüente desqualificação dos leigos,¹⁶ não devemos absolutizar essa conjuntura a ponto de desconsiderarmos as negociações, as ambigüidades e as dimensões arbitrárias das ações individuais,

¹³ FILHO, Antonio Felismino. Op. Cit. p. 4.

¹⁴ WASSERMAN, Claudia. *Identidade: conceito, teoria e história*. In: *ÁGORA: REVISTA DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2003. p. 8.

¹⁵ FILHO, Antonio Felismino. Op. Cit. P. 5.

¹⁶ MARCHI, Euclides. Op. Cit. p. 61.

delimitadas pelas margens fixadas entre as normas e as escolhas pessoais.¹⁷ Se, num primeiro momento, Felismino dá indícios de uma resistência explícita ao movimento que pretendia limitar a sua liderança, esvaziar o seu poder e sua presença nas práticas de culto, das devoções e dos rituais católicos, em um segundo momento, nos anos iniciais do século XX, percebendo que o movimento romanizador era irreversível, age no sentido de antecipar-se e de negociar com a hierarquia eclesiástica, e assim, permanecer atuante na comunidade católica aracatiense.

Com esse objetivo, Antonio Felismino, assume no lugar do pároco local, já nos primeiros meses do ano de 1900, a instituição do culto a diversas imagens, como as de Santo Antonio de Lisboa, São Vicente de Paulo, Nossa Senhora de Lourdes, São Carlos Borromeu, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, culto da Virgem de Dom Bosco, culto de Santa Teresinha do Menino Jesus e do culto de Nossa Senhora das Graças. Ao instituir estas devoções européias em Aracati, Felismino, afirmava sua concordância em que a Igreja substituísse as devoções e os santos populares, como os cultos a São Benedito e São Sebastião, porém, por outro lado, não queria ficar à margem do processo de transição das práticas religiosas vivenciadas pelo catolicismo naquele momento.

Logo após a criação do “Pão de Santo Antonio”, afirma Felismino, “mandou vir de Paris uma imagem do mesmo santo e a de São Vicente de Paulo, conseguindo, nessa ocasião que dois cavalheiros se comprometessem a dar duas outras imagens: Nossa Senhora de Lourdes e São Carlos Borromeu”.¹⁸ As referidas imagens chegaram a Aracati no dia 3 de maio de 1900, durante as festas comemorativas aos quatrocentos anos de descobrimento do Brasil.

Demonstrando a ambiguidade de suas ações, Felismino revela aspectos de sua resistência ao catolicismo que se impunha como oficial e, ao mesmo tempo em que cedia ao movimento de clericalização, procurava afirmar a sua legitimidade,

¹⁷LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. IN: A ESCRITA DA HISTÓRIA. Peter Burke (org.). São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 135.

enquanto presidente da Conferência do Divino Espírito Santo e como festeiro-mor do município de Aracati. Malgrado suas limitações, projeta uma grande festa para o mês de maio do “último ano do século XIX”.¹⁹ Felismino elaborou um programa de festejos para o mês mariano cujo ápice, seria uma cerimônia de coroação de Nossa Senhora, seguida de uma procissão em que figurariam doze andores, no dia 13 de maio de 1900. Organizou uma comissão que se encarregou da viabilização dos festejos, composta pelo juiz de direito da comarca e mais quatro aracatienses, todos eles com o nome de Antonio. Como 1900 foi um ano de seca, a festa não pode ser realizada com a pomposidade pretendida por Felismino, mas, a partir de então:

Celebrou-se, sempre e sempre, o mês mariano nesta capela [Nossa Senhora do Rosário de Aracati] com grande esplendor e brilhantismo...desaparecendo, assim, a frieza, o desânimo e quase indiferentismo com que anteriormente, (pelo menos nos últimos anos do século passado), era celebrada aqui tão simpática festa em honra da Rainha dos céus e da terra.²⁰

Para a instituição do culto de Nossa Senhora Auxiliadora, Felismino mandou trazer, também de Paris, uma imagem com meio metro de altura, que seria exposta numa capela de um futuro colégio Salesiano, que a Sociedade de São Vicente de Paulo de Aracati²¹ pretendia fundar, da qual era vice-presidente. Segundo Felismino, foi dele a proposta de criação de um colégio Salesiano em Aracati, apresentada ao Conselho Particular Vicentino, em sessão do dia 16 de agosto de 1901. Em seguida criou “pequenas loterias, cujo produto era destinado a auxiliar o pagamento com a aquisição da veneranda imagem”²² e passou a fazer propaganda, não só no âmbito da cidade de Aracati, mas em grande parte da Zona do Baixo Jaguaribe, das obras de

¹⁸ FILHO, Antonio Felismino. Op. Cit. p. 10.

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem. p. 11.

²¹ A primeira Conferência Vicentina do Brasil foi fundada a 4 de agosto de 1872, no Rio de Janeiro. A primeira do Ceará e 20ª. do Brasil, foi instituída em Aracati em 8 de dezembro de 1879 e agregada ao Conselho Geral em Paris, a 17 de janeiro de 1881. O fundador da Conferência Vicentina de Aracati foi o Dr. Antonio Sabóia de Sá Leitão.

²² FILHO, Antonio Felismino. Op. Cit. P. 11.

Dom Bosco. A imagem, após receber benção litúrgica, ficou provisoriamente depositada na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, até que se construísse o projetado colégio. Felismino passa, então, a manter intensa correspondência com o Pe. Lourenço Giordani, inspetor das Casas Salesianas do Norte do Brasil e com Dom Miguel Rua, Reitor Maior dos Salesianos em Turim, na Itália, para o estabelecimento de uma instituição de ensino daquela Congregação em Aracati. O projeto não vingou e Felismino não explica os motivos do fracasso do mesmo, naquele momento.

No jornal *O Rosário*²³, edição de 16 de janeiro de 1909, em artigo intitulado “Ajuste de Contas”, Antonio Felismino, ao prestar contas dos leilões e quermesses promovidos em benefício da Igreja Matriz e da festa do Bom Jesus dos Navegantes, refere-se a uma pessoa que lhe teria sugerido dar ao público uma satisfação sobre as ações que envolveram aquele malgrado projeto, uma vez que ele havia participado ativamente de suas primícias. Felismino tergiversa, e enfatiza que até então não havia escrito nada a respeito do assunto, pois se o fizesse, diria a verdade, e acrescenta que não era encarregado do dinheiro recolhido em benefício da fundação do colégio Salesiano.

Na mesma edição do *Rosário* do dia 16 de janeiro de 1909, após extensa relação de receitas e despesas dos leilões e quermesses acima referidos, Antonio Felismino discorre sobre a instituição do Culto a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Ao tomar conhecimento de que a Sra. Joaquina da Costa Lima havia feito uma promessa de doar uma imagem da referida santa, caso uma pessoa de sua família conseguisse se recuperar de uma doença grave, Antonio Felismino negocia com aquela senhora para que a imagem seja destinada à Igreja do Rosário, o que foi feito a 24 de setembro de 1907, inaugurando o culto acima citado.

²³ Jornal *O Rosário*, semanário católico, impresso à Rua do Rosário n. 56, na cidade de Aracati, que circulou entre 1908 e 1918. Fundado por Maria Felismino, era redigido por Antonio Felismino e José Felismino, com uma tiragem de 300 exemplares. Existem alguns exemplares microfilmados na Fundação Biblioteca Nacional, através do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, sob o título “Ceará – Jornais Diversos”.

Voltando à sua *Memória*, Antonio Felismino registra outros cultos instiuidos sob sua competência, como os de Santa Terezinha do Menino Jesus, inaugurado a 15 de agosto de 1925. Reforçando a sua rede de relações com eclesiásticos residentes no sul e sudeste do Brasil, Felismino afirma que a instituição deste culto foi pensada por ele, a partir de correspondência mantida com o pe. Henrique Rubillon, residente em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, encarregado de organizar, pelo Brasil, mobilizações católicas para a canonização da “Virgem de Lisieux”. Três meses depois que o papa Pio XI oficializou a canonização, Felismino encarregou-se de construir um altar na Igreja do Rosário de Aracati, destinado ao culto a santa Terezinha, aproveitando as obras de recuperação daquele templo, em virtude dos estragos causados pela terrível enchente do Rio Jaguaribe, no ano de 1924.

Jovelina Santos, ao estudar a organização do circulismo no Ceará e demonstrar que os Círculos Operários Católicos cearenses tiveram seus primeiros núcleos instiuidos por Dom Manuel da Silva Gomes, já em 1913, afirma:

Assume[Dom Manuel] suas funções em 1912 e já encontra a Igreja Católica cearense adaptada aos moldes da reforma tridentina, portanto com o clero fortalecido, ocupando os cargos de direção nas irmandades, confrarias e santuários”.²⁴

No entanto, no caso aqui estudado, o da *Memória* de Antonio Felismino Filho, percebe-se que não se pode generalizar a afirmação de que nas primeiras décadas do século XX, no Ceará, as Irmandades e Confrarias estavam totalmente submetidas à jurisdição eclesiástica. Antonio Felismino, na sua resistência como presidente da Conferência do Divino Espírito Santo, permaneceu nesta função por 25 anos consecutivos, de 1894 a 1929, o que indica, para o debate historiográfico acerca do catolicismo brasileiro, que os estudos locais podem recuperar o sentido da

²⁴ SANTOS, Jovelina. *Círculos Operários no Ceará: uma ausência historiográfica*. Trajetos: Revista do programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. V.2, n. 4 (nov.2003). Fortaleza: Departamento de História da UFC, 2003. p. 38.

relatividade das categorias globalizantes das análises históricas, ou seja, o que não deve ser generalizado em termos nacionais, também não deve ser feito em âmbito regional, tendo em vista que cada localidade é portadora de uma forma ambígua, contraditória e específica, no processamento dos sistemas culturais.

Confirmando o que anteriormente foi afirmado, ou seja, o que Sahlins²⁵, denomina de “diálogo simbólico da história, entre o sentido cultural e a referência prática”, encontramos em Livro de Tombo da paróquia de Aracati²⁶, Portaria de Dom Manuel da Silva Gomes, datada de 13 de abril de 1913, instituída, conforme o então bispo do Ceará, pelos seguintes motivos:

Tendo chegado a nosso conhecimento um grave abuso que se tem introduzido e se acha espalhado em muitas freguesias do interior da Diocese, como é fazerem-se nas capellas e Oratorios, sob pretexto de promesas, **actos religiosos publicos, como novenas, ou solemnes recitações de preces, sem a presença, ou ao menos a interferencia do vigario** (grifo meu), ou de qualquer sacerdote, devidamente auctorizado, havendo, por essa ocasião, leilões cujo producto fica em poder de particulares, sem nunca ter applicação conhecida, alem de serem estes festejos, não raro occasiões de profanações do logar santo, com grave detrimento da fé.²⁷

Portanto, é que Dom Manuel resolve, na mesma portaria, proibir terminantemente as novenas e quaisquer outras festividades religiosas públicas nas capelas e oratórios públicos, sem a presença do vigário, isentando da proibição apenas a reza do terço e a recitação de orações, nestes mesmos locais, desde que “sempre de accordo com o vigario da freguesia, ainda que haja concurso do povo e estejam as portas abertas, contanto que não se faça nenhuma solemnidade exterior”.²⁸ O que foi demonstrado nos leva a considerar que a Igreja Católica cearense, nas primeiras décadas do século XX, não estava totalmente “adaptada aos moldes da reforma tridentina”, nem o clero ocupava de forma hegemônica os cargos de direção

²⁵ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p. 181.

²⁶ Arquivo da Paróquia de Aracati. Livro de Tombo n. 4. fls. 39 v. e 40.

²⁷ Idem.

nas Irmandades e Confrarias. O que a portaria de Dom Manuel e a *Memória* de Antonio Felismino revelam, é que os movimentos de clericalização e de sacramentalização das práticas religiosas, locais de culto e de rituais católicos, foram processos, nos quais o simbolismo católico, então elaborado em uma nova conjuntura, sofreu dicotomias, contradições, tensões e reelaborações, quando “posto em ação”.

O que não podemos deixar de considerar, no que diz respeito à *Memória* de Antonio Felismino aqui abordada, é que, tendo em vista a correspondência constante que ele manteve com representantes do clero de diversas regiões do Brasil, durante os anos em que ficou à frente da Conferência do Divino Espírito Santo da cidade de Aracati, não estava alheio às expectativas e às dúvidas cruciais que assolavam os católicos brasileiros naquele momento de transição do regime imperial para a República.

Ana Maria Moog Rodrigues, ao refletir sobre o pensamento político dos católicos brasileiros na Primeira República, entende que:

Com a proclamação da República realizou-se a separação entre a Igreja e o Estado. A atitude dos bispos brasileiros perante o golpe que havia terminado a Monarquia e proclamado a República foi de expectativa. Não defenderam a Monarquia porque entre esta e a Igreja não se havia restabelecido um clima de compatibilidade desde a prisão dos bispos D. Vital e D. Macedo Costa decorrente da “Questão dos Bispos”. Não opinaram sobre a organização política do novo Estado, mas quando foi promulgado o Decreto de 7 de janeiro de 1890 foram veementes na sua condenação.²⁹

Como reação ao Decreto de 7 de janeiro de 1890, marco introdutório da liberdade religiosa e de negação dos privilégios de que a Igreja havia gozado no Brasil como religião oficial do Estado, os bispos publicaram a primeira Pastoral Coletiva da República, em 19 de março de 1890, condenando principalmente: a

²⁹ Idem.

obrigatoriedade do ato civil antes do casamento religioso; a completa laicização dos cemitérios; a inelegibilidade dos clérigos; a proibição de os religiosos votarem nas eleições e a proibição do ensino religioso nas escolas públicas. Nesse momento, os estudiosos da Igreja no período republicano, identificam o início do processo de oposição sistemática dos bispos brasileiros ao projeto de secularização característico da instauração da ordem republicana no Brasil. As pastorais e os discursos católicos enfatizam não a separação entre o poder espiritual e temporal, mas sua distinção.

A Pastoral Coletiva dos Bispos brasileiros de 1890, como documento para orientação do povo, teve como principal redator Dom Macedo Costa, que havia sido preso e condenado pelo governo monárquico, juntamente com Dom Vital, por ocasião da famosa “Questão dos Bispos”.³⁰ Ao mesmo tempo em que os Bispos reconheciam um certo horizonte de liberdade de atuação para a Igreja Católica no Brasil com o advento da República, repudiavam a total separação da Igreja do Estado. A concepção dos prelados brasileiros, naquele momento de transição, era a de que Estado laico não implicava necessariamente em Estado ateu. Em outras palavras, Estado não confessional significava, para o episcopado brasileiro, que o Estado, a partir da República, apenas não mantinha compromisso oficial com nenhuma religião.

Por outro lado, não é improvável que Antonio Felismino tenha sido influenciado pelas idéias do padre Júlio Maria³¹, que em 1900 escreveu um texto para

²⁹ RODRIGUES, Ana Maria Moog. Introdução de *A Igreja na República*. Coleção pensamento político republicano. V. 4. Brasília: Câmara dos Deputados/ Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 3.

³⁰ Idem. p. 7.

³¹ Júlio César de Moraes Carneiro, nasceu em Angra dos Reis a 20 de agosto de 1850. Estudou Direito na Faculdade de Direito de São Paulo onde formou-se bacharel em 1874 e colou grau de doutor em 1875. Tentou carreira política, ingressando no partido Liberal e mais tarde passou para o partido Conservador. Não conseguindo eleger-se deputado provincial nem deputado geral, abandonou a política. Foi promotor público em Mar de Espanha (MG), onde casou-se com Ana Clementina Rothier Duarte de quem teve uma filha que depois tornou-se freira. A esposa morreu do parto desta filha. Júlio César casou-se com um prima de sua primeira mulher, Joana Batista de Menezes Carneiro com quem teve três filhos. Após a morte de sua segunda mulher retirou-se para o seminário de Mariana para se dedicar à vida sacerdotal. Em 29 de novembro de 1891 foi ordenado sacerdote por Dom

ser incluído como parte da publicação “Livro do Centenário”, a pedido da Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil.³²

Na sua obra, o padre Júlio Maria tece considerações sobre Religião, Ordens Religiosas, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil. Embora seu objetivo principal seja analisar a Igreja a partir da proclamação da República, faz um minucioso relato sobre a Igreja Católica no Brasil durante a Colônia e o Império. Para ele o período que se seguiu à independência foi o mais desastroso para a Igreja, uma vez que o regalismo distorceu as relações entre Igreja e Estado no Brasil. Como consequência do regalismo, muitos brasileiros vieram a interpretar o catolicismo no Brasil como mera dádiva do Imperador, uma criação artificial da legislação imperial. É o que se depreende de uma das passagens do texto do padre Júlio Maria:

Comparado à colônia, que, como eu disse, foi o esplendor, o Império foi, pelo *regalismo*, pelo enfraquecimento das ordens religiosas, pelo desprestígio do clero, pela rapidez da reação católica na questão religiosa, e, finalmente, pelo racionalismo e o cepticismo das classes dirigentes – a decadência da religião.³³

Para o padre Júlio Maria, o advento da República e a consequente separação entre a Igreja e o Estado, sinalizavam que os católicos precisavam se conscientizar da necessidade de por em prática o programa do papa Leão XIII, substituindo as questões políticas pela *questão social*, que para ele é a questão que afeta os interesses essenciais das sociedades humanas. Daí o sentido de sua defesa intransigente e de valorização das instituições beneficentes e Irmandades, destinadas ao auxílio dos pobres, dos órfãos e dos doentes, presentes na história da Igreja Católica no Brasil desde o período colonial. São dele as seguintes palavras:

Silvério Gomes Pimenta e adotou o nome de Júlio Maria. Em 1904 entrou para a congregação dos Redentoristas, primeiro brasileiro a fazê-lo.

³² JÚLIO MARIA, pseud. de Júlio César de Moraes Carneiro, padre. *A Igreja e o povo*. In: *A Igreja e a República*. Prefácio de Ana Maria Moog Rodrigues. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 9).

³³ Idem. p. 102.

Em todas as províncias, hoje estados (sic), não só nas capitais e cidades mais importantes, mas também nas de segunda ordem e até nas vilas, surgiram sob a forma de Misericórdias, hospitais, asilos, orfanatos, essas instituições a que mais recentemente se tem juntado, com o grande intuito do auxílio físico e do provento espiritual dos pobres, as associações de S. Vicente de Paulo e as do Pão de Santo Antonio”.³⁴

Nas suas pregações, o padre Júlio Maria identificava um inimigo ao qual os católicos deveriam combater implacavelmente, principalmente a juventude, que para ele, se devidamente instruída, não abandonaria a “tradição histórica de nossa religião nacional pela mercadoria importada do estrangeiro, e já entre nós avariada, do positivismo”³⁵ e por assim pensar é que vaticinava:

Como no mundo inteiro, hoje no Brasil não há, não pode haver senão duas forças: a Igreja e o povo. E se uni-las é, no mundo, o ideal do papa, concorrer para essa união é, no Brasil, o dever dos católicos, principalmente do clero.³⁶

De que maneira o padre Júlio Maria entendia que a união entre Igreja e povo poderia ser realizada? O seu diagnóstico era de que o clero vivia separado do povo, “quase o povo não o conhece. O clero contenta-se com uma certa aristocracia de devotos”.³⁷ Faltava, na sua opinião, valor político e social ao clero brasileiro, principalmente por que o clero estava encerrado nas sacristias, esperando tudo da vontade divina.

No trecho destacado a seguir, Ana Maria Moog Rodrigues sintetiza a importância da obra do padre Júlio Maria que, no limiar do século XX antecipou para o catolicismo brasileiro uma problemática que seria crucial desde então, a questão social: “a relevância da obra de Júlio Maria vem exatamente desta compreensão do problema do católico no Brasil de nossos dias, ao reivindicar a possibilidade de se

³⁴ Idem. p. 112.

³⁵ Idem. p. 116.

³⁶ Idem. p. 119.

realizar uma sociedade mais justa através dos mecanismos do sistema democrático”.³⁸

Portanto, o que procuramos ressaltar na experiência religiosa de Antonio Felismino aqui relatada, tem como objetivo contribuir para as reflexões que envolvem os estudos acerca das mudanças do catolicismo, que através de suas especificidades, podem indicar como devemos repensar as falsas dicotomias, as clássicas oposições binárias entre continuidade e mudança, entre fatores externos e internos, finalmente, entre estrutura e história.

Nesse sentido, a religiosidade nas páginas de sua *Memória*, ao mesmo tempo em que se reveste de uma dimensão de experiência essencialmente subjetiva, particular, de forma contraditória aponta para a problemática intensificada no período de transição do século XIX para o século XX: a das tensões entre catolicismo e secularismo. Se por um lado, o catolicismo dava certos sinais de uma natureza cada vez mais subjetiva e individualizada, o que para os secularistas significava que o catolicismo estava “reconhecendo o seu lugar,” e que isto era sinônimo de modernidade e de progresso, por outro, ele já indicava, naquele momento, indícios de que cada vez mais se externalizaria, pensando e agindo sobre as questões temporais, assumindo sua historicidade.

Como enfatizou Marshall Sahlins³⁹, se por um lado as categorias culturais dão forma à história e sentido aos fatos, por outro, a forma que elas tomam no seio de uma sociedade reflete a ligação entre significação cultural e necessidades pragmáticas. Não é nosso propósito dar uma dimensão atípica a Antonio Felismino, porém, pontuar as suas ações, no que diz respeito ao catolicismo na transição do século XIX para o século XX, como as de um católico de uma pequena comunidade do interior do Ceará que vivenciou e mobilizou as incoerências do catolicismo

³⁷ Idem. p. 122.

³⁸ RODRIGUES, Ana Maria Moog. Prefácio de *A Igreja e a República*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 7. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 9).

³⁹ SHALINS, Marshall. Op. Cit. pp. 181-182.

romanizado, e nelas, vislumbrou brechas de atuação, as pequenas lacunas que propiciam a um indivíduo um pouco de espaço livre, apesar das, e com as estruturas.

Por outro lado, somos conscientes de que nem sempre as inconsistências entre as normas sociais agem a favor dos indivíduos, o que não significa silenciar sobre a existência concreta de projetos que foram vencidos ao longo da história. Não há dúvidas aqui sobre o lugar social de Antonio Felismino como representante da classe média urbana de Aracati, funcionário de uma empresa local, cuja base econômica principal estava nos negócios de importação e exportação. Além do mais, sua família era proprietária de casas comerciais na cidade e de jornais locais, o que significa dizer que ele jamais poderia ser abordado como um católico comum, desprovido de interesses políticos locais. No entanto, a dimensão que queremos aqui destacar do seu catolicismo é aquela referente à maneira como o utiliza na construção de sua identidade pessoal e coletiva.

O catolicismo oficial, através de seus representantes, na cidade de Aracati, de forma contraditória, ao mesmo tempo em que não considerava mais válida a maneira como Felismino concebia o “ser católico”, não podia alijá-lo totalmente do processo, tendo em vista que a partir da separação entre Igreja e Estado no Brasil e o fim do apoio do Estado à primeira, era na “burguesia e na classe média urbana que [a Igreja] encontrava o suporte material, mediante a prestação de serviços religiosos e educacionais”.⁴⁰

Antonio Felismino, negociava com essa conjuntura, através de suas ações eminentemente simbólicas e marcadas por um passado católico fortemente definidor de sua personalidade, o qual não poderia simplesmente descartar, em nome das novas necessidades do catolicismo ultramontano que se firmava. Afinal, “as pessoas, enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam autoras de seus próprios conceitos; isto é, tomam a responsabilidade pelo que sua própria cultura

⁴⁰ AZZIZ, Riolando. *O Estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994. pp. 67 e 71.

possa ter feito com elas”.⁴¹ O que , em última instância, nos alerta para amenizar os postulados de uma determinada corrente estruturalista que concebe como totalmente excludentes estrutura e história e que nas mudanças não estão embutidas determinadas continuidades. Nas palavras de Shalins, “é necessário insistir em que a possibilidade do presente vir a transcender o passado e ao mesmo tempo lhe permanecer fiel depende tanto da ordem cultural quanto da situação prática”.⁴²

⁴¹ SHALINS, Marshall. Op. Cit. p. 189.

⁴² Idem.